

COORDENAÇÃO

CARLOS ALBERTO DE SALLES

MARCO ANTÔNIO GARCIA LOPES LORENCINI

PAULO EDUARDO ALVES DA SILVA

# NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

CURSO DE MÉTODOS ADEQUADOS DE  
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

ADOLFO BRAGA NETO • CÉLIA REGINA ZAPPAROLLI • DANIELA MONTEIRO GABBAY • DIEGO FALECK  
• FERNANDA TARTUCE • LUIS FERNANDO GUERRERO • SAMANTHA PELAJO • TANIA ALMEIDA

2<sup>a</sup> edição | revista,  
atualizada  
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale dos Santos
- Data de fechamento: 05.12.2018
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

N293

Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias / Adolfo Braga Neto... [et al.]; coordenação Carlos Alberto de Salles, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini, Paulo Eduardo Alves da Silva. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5581-6

1. Resolução de disputa (Direito) – Brasil. 2. Negociação – Brasil. 3. Mediação – Brasil. 4. Arbitragem e sentença – Brasil. I. Braga Neto, Adolfo. II. Salles, Carlos Alberto de. III. Lorencini, Marco Antônio Garcia Lopes. IV. Silva, Paulo Eduardo Alves da.

18-53777

CDU: 343.151(81)

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> – <i>Carlos Alberto de Salles, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini e Paulo Eduardo Alves da Silva</i> .....	1
<b>1 Resolução de disputas: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados</b> – <i>Paulo Eduardo Alves da Silva</i> .....	13
1. Sociedade, justiça e resolução de disputas .....	13
2. Justiça formal e informal – o que são e por que diversificar os métodos para solução das disputas? .....	16
3. A institucionalização dos MASCs no Brasil: da arbitragem privada à mediação judicial .....	20
3.1. Funções e desafios dos MASCs no Brasil – tipos de disputa e qualidade do acesso à justiça .....	25
3.2. MASCs e formação jurídica – dimensões da jurisdição e dos processos de solução de disputas.....	27
4. Formas e procedimentos dos MASCs: variações a partir do acordo ou da decisão .....	30
5. A disputa como ponto de partida e apontamentos conclusivos .....	36
Referências bibliográficas .....	38
Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula .....	40
Sugestões de material complementar.....	40
<b>2 “Sistema Multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada</b> – <i>Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini</i> .....	43
Introdução .....	43
1. Conflitos por toda parte .....	44
2. Métodos alternativos.....	45
3. <i>ADR movement</i> e os métodos alternativos.....	46
4. Modalidades de meios alternativos.....	47
4.1. Mediação .....	48
4.2. Arbitragem .....	49
4.3. A avaliação do terceiro neutro (“Early Neutral Evaluation – ENE”)....	51
4.4. Outras modalidades na experiência norte-americana: o “mini-trial” e o juiz de aluguel (“rent a judge”) .....	52
4.4.1. <i>Minitrial</i> .....	52
4.4.2. Juiz de aluguel (“rent a judge”).....	52
4.5. Med-Arb (“Mediation-Arbitration”) .....	53

5.	Os tipos de conflito .....	55
6.	Sistema Multiportas: os modelos possíveis.....	58
7.	O modelo multiportas a partir de um tribunal ( <i>court annexed</i> ).....	60
8.	Aspectos fundamentais em um modelo multiportas a partir de um tribunal .....	61
8.1.	A seleção e o seu responsável.....	61
8.2.	O ambiente e o momento.....	62
9.	A escolha do método adequado .....	64
10.	Sistema Multiportas no Brasil. A Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça.....	65
11.	Conclusão.....	66
	Referências bibliográficas .....	67
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula .....	70
	Sugestões de material complementar.....	71
<b>3</b>	<b>Um passo adiante para resolver problemas complexos: desenho de sistemas de disputas – Diego Faleck .....</b>	<b>73</b>
1.	Desenho de sistemas de disputas ( <i>DSD</i> ): o que e para quê?.....	73
2.	Exemplos de <i>DSD</i> .....	75
3.	O “passo a passo” do <i>DSD</i> .....	78
3.1.	Mapeamento das partes.....	79
3.2.	Análise jurídica e avaliação de custos e riscos.....	80
3.3.	Diagnóstico: sistema existente x alternativas disponíveis.....	81
3.4.	Definição de objetivos e princípios institucionais .....	83
3.5.	Desenvolvimento do sistema .....	85
3.6.	Implementação e avaliação do sistema.....	87
4.	<i>DSD</i> : um passo adiante.....	88
	Referências bibliográficas .....	89
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula .....	90
<b>4</b>	<b>Procurando entender as partes nos meios de resolução pacífica de conflitos, prevenção e gestão de crises – Célia Regina Zapparoli.....</b>	<b>93</b>
1.	Introdução.....	93
2.	Partes e jurisdição .....	99
2.1.	Legitimação extraordinária e representação por mandato .....	102
3.	Partes na arbitragem .....	105
4.	Partes na conciliação.....	107

5.	Partes na negociação.....	109
5.1.	Negociação simples, multipolos e coletiva.....	110
6.	Partes na mediação.....	111
6.1.	Amplitude do conceito de “partes” na mediação.....	111
6.2.	Partes nas mediações pré-processuais, paraprocessuais e pós-processuais.....	113
6.3.	Partes na mediação comunitária.....	114
6.4.	Partes na mediação em contextos de violência e crime.....	114
7.	Partes na mediação e a visão de sistema.....	115
8.	Partes da facilitação assistida.....	116
9.	Partes na prevenção e gestão de crises nos sistemas.....	119
10.	Indo além das partes.....	121
	Referências bibliográficas.....	123
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula.....	125
	Sugestões de material complementar.....	125
<b>5</b>	<b>Negociação – Daniela Monteiro Gabbay.....</b>	<b>127</b>
1.	Introdução: todos somos negociadores.....	127
2.	Tipos de negociação: entre a forma competitiva e a colaborativa, há uma terceira via.....	131
2.1.	Diferentes abordagens de negociação.....	131
2.2.	O modelo de negociação baseada em princípios.....	133
3.	Necessidade de ir além do preço e da barganha na negociação.....	136
4.	As fases da negociação: da preparação à avaliação dos resultados.....	137
5.	O outro lado da moeda: quais são os riscos da negociação?.....	140
6.	Questões para orientar leitura e debate em sala de aula.....	142
7.	Exercício prático para negociação.....	142
8.	Conclusão.....	143
	Referências bibliográficas.....	144
	Sugestões de material complementar.....	146
<b>6</b>	<b>Mediação de Conflitos: Conceito e Técnicas – Adolfo Braga Neto.....</b>	<b>149</b>
1.	Introdução.....	149
2.	Alguns aspectos relevantes sobre a mediação de conflitos.....	150
3.	O processo interventivo do mediador e o processo interativo da mediação de conflitos.....	155
4.	Alguns aspectos jurídicos relevantes.....	156

5.	O mediador .....	160
6.	Algumas observações sobre a capacitação teórico prática mínima em mediação de conflitos .....	163
7.	Algumas áreas de utilização da mediação de conflitos .....	166
8.	Conclusão a partir de um breve histórico sobre a mediação de conflitos .....	167
	Referências bibliográficas .....	169
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula .....	170
	Sugestões de material complementar.....	171
<b>7</b>	<b>A mediação de conflitos em casos concretos – Tania Almeida e Samantha Pelajo .....</b>	<b>173</b>
1.	Introdução.....	173
2.	Os Almeida – um caso de empresa familiar .....	174
2.1.	Breve caracterização.....	174
2.2.	O momento de deflagração do conflito.....	175
2.3.	O processo de mediação: aportes teóricos e técnicos.....	175
3.	Os Campelo – um caso de sucessão hereditária .....	177
3.1.	Breve caracterização.....	177
3.2.	O momento de deflagração do conflito.....	178
3.3.	O processo de mediação – aportes teóricos e técnicos.....	178
4.	Os Castro – um ex-casal que chega ao Juizado Especial Criminal.....	181
4.1.	Breve caracterização e o momento de deflagração do conflito ....	181
4.2.	O processo de mediação – aportes teóricos e técnicos.....	181
5.	A Mineradora e o Condomínio – um caso de conflito ambiental.....	184
5.1.	Breve caracterização.....	184
5.2.	O momento de deflagração do conflito.....	185
5.3.	O processo de Mediação/Facilitação de Diálogos com múltiplas partes – aportes teóricos e técnicos.....	185
6.	Conclusão.....	187
	Referências bibliográficas .....	187
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula .....	189
	Sugestões de material complementar.....	189
<b>8</b>	<b>Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar? – Fernanda Tartuce.....</b>	<b>195</b>
1.	Ambiguidades e questionamentos.....	195
2.	Cultura de paz e ensino .....	197
3.	A conciliação no Poder Judiciário: conciliar é legal?.....	202

4.	O que é conciliar?.....	207
4.1.	Participar vivamente da comunicação.....	208
4.2.	Estimular a flexibilidade.....	209
4.3.	Colaborar para a identificação de interesses.....	210
4.4.	Contribuir para a elaboração de soluções criativas.....	212
5.	“Pseudoautocomposição”: meio aparente de se livrar do litígio.....	213
6.	O que não é conciliar.....	216
6.1.	Perguntar se um acordo já foi obtido.....	216
6.2.	Explorar as desvantagens da passagem judiciária.....	217
6.3.	Intimidar e pressionar.....	218
6.4.	Prejulgar e comprometer a parcialidade.....	219
6.5.	“Forçar o acordo”.....	222
7.	Conclusões.....	223
	Referências bibliográficas.....	223
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula.....	226
	Sugestões de material complementar.....	226
<b>9</b>	<b>Arbitragem e processo arbitral – Luis Fernando Guerrero.....</b>	<b>227</b>
	Parte I – Convenção de Arbitragem.....	227
1.	Conceito e categorias.....	227
2.	Arbitrabilidade.....	229
3.	Efeitos da Convenção de Arbitragem.....	234
4.	Transmissão, extensão e extinção da Convenção de Arbitragem.....	235
	Parte II – Processo Arbitral.....	237
5.	Principais características.....	237
6.	Árbitro.....	238
7.	Procedimento.....	240
8.	Relação com o Judiciário.....	243
9.	A relação do Processo Arbitral com outros métodos de solução de conflitos – Notas sobre a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2016, <i>Dispute Boards</i> o sistema multiportas de solução de conflitos.....	248
	Parte III – Conclusão.....	249
	Referências bibliográficas e sugestões de material complementar.....	251
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula.....	253
<b>10</b>	<b>Arbitragem e jurisdição estatal – Carlos Alberto de Salles.....</b>	<b>255</b>
1.	Introdução.....	255

2.	A exclusão da jurisdição estatal.....	257
2.1.	Autonomia da cláusula arbitral .....	258
2.2.	Competência-competência .....	259
2.3.	A convenção de arbitragem como causa de extinção do processo judicial .....	260
2.4.	O isolamento do processo arbitral .....	263
3.	Respaldo da jurisdição estatal.....	264
3.1.	Medidas coercitivas, antecipatórias, cautelares ou instrutórias na jurisdição estatal .....	266
3.2.	Cartas arbitrais.....	269
3.3.	Tutela específica da cláusula arbitral.....	270
3.4.	Inadmissibilidade de medidas antiarbitragem .....	272
4.	Meios de impugnação à validade da sentença arbitral .....	273
5.	Cumprimento da sentença arbitral .....	278
6.	Conclusão.....	279
	Referências bibliográficas .....	280
	Questões para orientar a leitura e o debate em sala de aula .....	282
	Sugestões de material complementar.....	283